



Universidade do Minho

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL ÀS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO MINHO E DOS SASUM

REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: CPI-USGCI-13/2025

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

1 – O presente procedimento tem por objeto principal o fornecimento de gás natural às instalações da Universidade do Minho e dos SASUM, nos termos constantes do respetivo caderno de encargos.

2 – O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, com publicação do respetivo anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

1 – Agrupamento de Entidades Adjudicantes, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 39.º do CCP, constituído pela Universidade do Minho, abreviadamente designada por UMINHO, pessoa coletiva n.º 502011378, com sede no Largo do Paço, 4704-553, e os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, abreviadamente designados por SASUM, pessoa coletiva n.º 680047360, com sede no Campus de Gualtar, 4710-057.

2 – O representante do Agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato, é a UMinho, com o contacto institucional, no âmbito do presente procedimento, na Unidade de Serviços da Gestão dos Campi e Infraestruturas da Universidade do Minho, através do telefone 253604130 e com o endereço de correio eletrónico usgci@usgci.uminho.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada, conjuntamente, pelas entidades que integram o Agrupamento, mediante deliberação do respetivo Conselho de Gestão.

Artigo 4.º

Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º

Disponibilização e acesso ao procedimento

1 – As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Universidade do Minho, acessível através do *síte* eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do respetivo anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, para consulta na Unidade de Serviços da Gestão dos Campi e Infraestruturas da Universidade do Minho, sito no Campus de Gualtar, em Braga, onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas. A Unidade de Serviços da Gestão dos Campi e Infraestruturas funciona nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30 horas.

3 – Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do estabelecido no número



1, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 6 do artigo 133.º do CCP.

Artigo 6.º

Preço Base

1 – O preço máximo que as entidades adjudicantes se dispõem a pagar por todas as prestações objeto do respetivo contrato, nos termos do artigo 47.º do CCP, corresponde ao valor indicado na tabela *infra*, ao qual acresce o montante correspondente ao IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Entidade	Preço Base (s/IVA)
UMINHO	1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros)
SASUM	350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros)

2 – O preço fixo da energia por kWh (*Pf*) **não pode em caso algum ser superior a 0,008 EUR/kWh**, valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, independentemente do escalão de consumo.

3 – O preço referido no número um inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contratante público, designadamente com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4 – Dada a especificidade do fornecimento em assunto, em que o preço contratual é necessariamente composto pela parcela referente à componente de energia e comercialização (€/kWh), em função do consumo efetivamente verificado, acrescida das tarifas de acesso às redes (TAR) e de outros custos obrigatórios regulados, tal como definidos, a cada momento, pela(s) entidade(s) competente(s), a fixação do preço base baseou-se no montante que previsivelmente será ser gasto para fazer face às necessidades da UMINHO e dos SASUM num período máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

5 – O preço base definido no número 1 decorre, então, dessa ponderação e dos preços atualizados obtidos numa consulta preliminar ao mercado, realizada nos termos do artigo 35.º-A do CCP, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do mesmo diploma, na qual foram auscultadas 3 (três) entidades tendo, no entanto, respondido apenas 2 (duas).

Artigo 7.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1 – Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>.

2 – Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela Universidade do Minho, em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 – Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea d) do número anterior e aqueles que o concorrente, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato.

4 – O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- O Júri do Concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>;



- b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6 – Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.

7 – Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

8 – A pedido fundamentado do interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP.

9 – Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

10 – Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º

Documentos que constituem a proposta

1 - A proposta a apresentar pelos concorrentes terá de ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (**DEUCP**), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
- I. “Sou um operador económico”;
 - II. “Importar um DEUCP”;
 - III. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro em formato .xml/ disponibilizado pela Universidade do Minho na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
 - IV. Selecionar o país do concorrente;
 - V. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - VI. No final, selecionar a opção “Imprimir/Exportar” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado nos termos do artigo 9.º do presente programa e enviado juntamente com os restantes documentos da proposta.
- b) Proposta de preço fixo de energia por kWh, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I ao presente programa;
- c) **Lista com o valor médio mensal do Indexante do preço da energia** dos 12 meses anteriores ao mês de publicação do anúncio no DRE, em ficheiro editável, tipo Excel. Para além do ficheiro em Excel, o concorrente pode apresentar o mesmo documento em formato não editável (p.ex. Pdf);
- d) **Fonte(s) para consulta do valor do indexante** e, se aplicável, o respetivo método de cálculo.

2 – O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais se dispõe a contratar.

3 – Os preços constantes da proposta são indicados em euros, com 3 casas decimais e não devem incluir o IVA.

4 – Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.



Universidade do Minho

Artigo 9.º

Prazo e modo de apresentação da proposta

- 1 – Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **17h00 do 30.º dia** contado da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- 2 – Quando pela sua natureza qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, aplica-se o previsto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 – Os documentos da proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 4 – Independentemente da assinatura qualificada que é feita na própria plataforma, deve ser aposta assinatura digital qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em todos os documentos da proposta submetidos, com exceção dos comprovativos de titularidade ou representação emitidos por entidades externas ao concorrente.
- 5 – Se os documentos referidos no Artigo 8.º forem assinados por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.
- 6 – Quando os documentos referidos no número anterior forem assinados por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes de representação do mesmo.
- 7 – Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no artigo anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8 – O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

Artigo 10.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.

Artigo 11.º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 12.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 – O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>.
- 2 – O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 3 – Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 138.º do CCP.



Universidade do Minho

Artigo 14.º

Exclusão das propostas

1 – São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º do presente programa de concurso;
- b) Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no n.º 1 do artigo 8.º do presente programa de concurso;
- c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- e) Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 60.º do CCP (se aplicável);
- f) Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- i) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 a 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
- j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
- k) Que sejam apresentadas como propostas variantes;
- l) Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15.º

Critério de adjudicação

1 – A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, densificado pelo seguinte fator de ponderação:

- **Preço fixo de energia por kWh (*P_f*)**

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, será considerada economicamente mais vantajosa a proposta que apresentar o preço fixo de energia por kWh mais baixo.

3 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a ordenação das propostas empatadas será obtida através da realização de sorteio, de acordo com o Regulamento em anexo ao presente Programa (**Anexo IV**).

Artigo 16.º

Relatório preliminar de análise das propostas

1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.

2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que aludem os n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 17.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

Artigo 18.º

Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.



Artigo 19.º

Notificação da decisão de adjudicação

1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

2 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 24.º deste programa;
- b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto no Artigo 25.º deste programa;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, em conformidade com o artigo 22.º e 23.º deste programa;
- e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 20.º

Causas de não adjudicação

1 – Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.

2 – A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 21.º

Redução do contrato a escrito

Conforme previsto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 22.º

Aprovação e notificação da minuta de contrato

1 – A minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2 – Depois de aprovada a minuta de contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do Artigo 19.º do presente Programa.

Artigo 23.º

Aceitação da minuta de contrato

A minuta de contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 24.º

Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve entregar, **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de concurso, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP;



- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- d) Licença emitida pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) para o exercício da atividade de comercialização de gás natural em Portugal Continental;
- e) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

2 – Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

4 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, com exceção dos documentos apresentados em língua inglesa ou espanhola.

5 - O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

6 - Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um período não superior a 5 dias, a pedido do adjudicatário, o qual deverá ser submetido em tempo útil e devidamente fundamentado.

7 - Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1, caso o adjudicatário se encontre devida e comprovadamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

8 – Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei. [*se aplicável*]

9 – Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 2 (dois) dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

10 – Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 2 (dois) dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

11 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente Programa, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

12 - O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do 2, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.



Universidade do Minho

Artigo 25.º

Caução

- 1 – O adjudicatário deve prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais que assume com essa celebração, no valor de **5%** do preço contratual.
- 2 – O valor da caução tem por referência o preço do período de vigência inicial do contrato, ficando cada renovação condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência.

Artigo 26.º

Modo de Prestação da caução

- 1 – O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do Artigo 20.º, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 2 – A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
- 3 – O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina, em conformidade com o **Anexo III**.
- 4 – Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
- 5 – Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, em conformidade com o **Anexo IV** deste programa de concurso.
- 6 – Tratando-se de seguro caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita, em conformidade com o **Anexo V**.
- 7 – Das condições da garantia bancária ou a apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos modelos em que são asseguradas pelas outras formas administradas de prestação de caução.
- 8 – Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
- 9 – A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos anteriormente, a caução que lhe seja exigida.
- 10 – No caso previsto no ponto anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada subsequente.

Artigo 27.º

Outorga do contrato

- 1 – O contrato deve ser reduzido a escrito mediante elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94.º do CCP, sem prejuízo das exceções previstas no artigo 95.º do mesmo diploma.
- 2 – O adjudicatário obriga-se a celebrar um contrato por cada entidade constitutiva do agrupamento.
- 3 – As despesas e os encargos que eventualmente decorram da celebração dos contratos são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 28.º

Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelas normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.



Universidade do Minho

ANEXOS

DEUCP – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos públicos, disponibilizado em formato .xml e acessível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>.

Anexo I – Modelo de Proposta de Preço(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do presente Programa)

Anexo II – Modelo de Declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e a alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do presente Programa).

Anexo III – Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro (a que se refere o n.º 3 do artigo 26.º do presente Programa)

Anexo IV – Modelo de Garantia Bancária (a que se refere o n.º 5 do artigo 26.º do presente Programa)

Anexo V – Modelo de Seguro – Caução (a que se refere o n.º 6 do artigo 26.º do presente Programa)

Anexo VI – Regulamento de Sorteio (a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do presente Programa)

NOTA: Os anexos de I a V, em formato editável, constituem documentos autónomos das peças do procedimento e fazem parte integrante deste Programa.



Universidade do Minho

ANEXO I

Modelo de Proposta de Preço

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do presente Programa)

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de (procurador, gerente, administrador, etc.), da entidade (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo ao procedimento **“Concurso Público internacional para fornecimento de gás natural às instalações da Universidade do Minho e dos SASUM”, ref.ª CPI-USGCI-13/2025** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato, em conformidade com conteúdo do mencionado caderno de encargos e os demais elementos do procedimento, de acordo com o seguinte **preço fixo da energia por kWh (Pf)**: _____ € (_____ euros), valor sem IVA.

O preço *Pf* foi definido tendo em consideração os seguintes elementos:

A. O perfil de consumo da Universidade do Minho e dos SASUM, tendo em consideração os mapas de consumo apresentados no Procedimento;

B. As seguintes componentes de preço:

- Indexante: _____

Às quantias acima referidas acrescerá o IVA à taxa de ____%.

... (local), ... (data), ... (assinatura)



Universidade do Minho

ANEXO II

Modelo de Declaração de Habilitação

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Universidade do Minho

ANEXO III

Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro

(Modelo de caução por depósito em dinheiro referido no n.º 3 do artigo 26.º do Programa)

Guia de depósito n.º _____

_____ € (euros)

Vai **(1)**, residente/com sede **(2)** em **(3)**, depositar na sede/filial/agência/delegação **(2)** da **(4)**, a quantia de **(5)** destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantidos(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento **(6)**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O presente depósito corresponde a % **(7)** do valor total da adjudicação acima mencionada e fica à ordem da ... **(8)**, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (data)

... (assinatura)

- (1)** Identificação completa do adjudicatário.
- (2)** Eliminar o que não interessa.
- (3)** Morada do Adjudicatário.
- (4)** Identificação completa da instituição de crédito.
- (5)** Indicar o valor, também por extenso.
- (6)** Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.
- (7)** Indicar a percentagem nos termos do disposto no Convite
- (8)** Identificação da entidade garantida



Universidade do Minho

ANEXO IV
Modelo de Garantia Bancária

(Modelo de garantia bancária referido no n.º 5 do artigo 26.º do Programa)

GARANTIA BANCÁRIA n.º _____

Em nome de ... **(1)**, vem o(a) ... **(2)**, pelo presente documento, prestar, a favor da entidade ... **(3)**, pessoa coletiva n.º ... **(3)**, uma garantia bancária, até ao montante máximo de **(4)**, destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento **(5)**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

A presente garantia corresponde ... % **(6)** do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, para fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, que não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

- (1)** Identificação completa do adjudicatário.
- (2)** Identificação completa da instituição garante.
- (3)** Identificação da entidade garantida
- (4)** Identificar o valor, também por extenso.
- (5)** Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.
- (6)** Indicar a percentagem, nos termos do disposto no Convite.



Universidade do Minho

ANEXO V

Modelo de Seguro - Caução

(Modelo de seguro-caução referido no n.º 6 do artigo 26.º do Programa)

SEGURO - CAUÇÃO n.º _____ / APÓLICE n.º _____

Em nome de **(1)**, adiante designado por Tomador do Seguro, vem a entidade.... **(2)**, adiante designada por Segurador, pelo presente documento, prestar, a favor da entidade ... **(3)**, adiante designada por Beneficiário, pessoa coletiva n.º ... **(3)**, um seguro-caução, até ao montante máximo de **(4)**, destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento **(5)**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O presente seguro corresponde a ... % **(6)** do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o Segurador, sem quaisquer reservas, de fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite do valor seguro, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que o Segurador, no caso de vir a ser chamado a honrar o presente seguro, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador se possa valer face ao Segurador.

O presente seguro permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

- (1)** Identificação completa do adjudicatário.
- (2)** Identificação completa da instituição garante.
- (3)** Identificação da entidade garantida
- (4)** Identificar o valor, também por extenso.
- (5)** Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.
- (6)** Indicar a percentagem, nos termos do disposto no Convite.



Universidade do Minho

ANEXO VI
Regulamento de Sorteio

(a que se refere o n.º 4 do artigo 15.º do presente Programa)

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

- 1 - As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
- 2 - Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
- 3 - Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
- 4 - Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
- 5 - O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
- 6 - Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
- 7 - Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários da UMinho e dos SASUM, igualmente mandatados para o efeito.
- 8 - Do processo de sorteio será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.